

STJ00031092 - V. 1

ARRUDA ALVIM

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

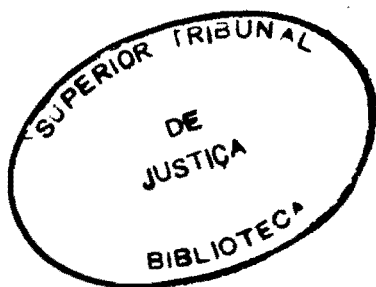
VOLUME 1

## PARTE GERAL

4.<sup>a</sup> edição

*Revista, ampliada e atualizada  
de acordo com a Constituição*

*Federal de 1988*



EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO .....	5
NOTA À 3ª EDIÇÃO .....	8
ABREVIATURAS .....	9
<b>Capítulo I — DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	
1. Denominação e âmbito .....	17
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	20
3. Definição de Direito Processual Civil .....	20
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	21
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	30
6. Processo civil romano .....	31
7. Período das “legis actiones” .....	31
8. Período do processo formulário .....	32
9. Período da “extraordinaria cognitio” .....	33
10. Processo romano-barbárico .....	34
11. O processo comum na Itália .....	35
12. Período dos glosadores .....	35
13. Período dos pós-glosadores .....	36
14. Período da jurisprudência “cultura” .....	36
15. O processo comum na Alemanha .....	36
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito Brasileiro — O “Forum Juditium” (“Fuero Juzgo”) .....	38
17. As Ordenações — Especialmente as Filipinas .....	38
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	39
19. O Regulamento 737 .....	39
20. A República e o processo civil — Os Códigos de Processo Civil Estaduais ...	40
21. A reunificação do processo civil .....	40
<b>Capítulo II — REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	
22. A reelaboração do Direito no século XIX .....	44
23. Autonomia do direito da ação .....	45
24. Moderna classificação das ações .....	46

25. O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	47
26. O processo como instrumento predominantemente técnico .....	47
27. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	48
28. O processo civil e o Direito Penal .....	48
29. O processo civil e o Direito Constitucional .....	50
30. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário .....	53
31. O processo civil e o Direito Civil .....	54
32. O processo civil e o Direito Comercial .....	54
33. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho .....	55

### Capítulo III — AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma jurídica .....	57
35. Normas cogentes e dispositivas .....	59
36. Norma processual e norma substancial — Natureza da norma processual civil .....	60
37. Classificação das normas processuais civis .....	61
38. As fontes da norma processual civil .....	70
39. Competência para legislar sobre Direito Processual Civil .....	71
40. Normas processuais na Constituição Federal .....	72
41. Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual .....	74
42. Fontes subsidiárias da norma processual civil .....	75
43. Analogia .....	77
44. Costume .....	79
45. Os princípios gerais do Direito .....	80
46. A jurisprudência e o processo civil .....	81
47. Da interpretação das leis em geral .....	83
48. Interpretação da Lei Processual Civil .....	86

### Capítulo IV — DA JURISDIÇÃO — O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49. O Estado de Direito .....	92
50. Sistema de jurisdição .....	95
51. Natureza da função jurisdicional e suas características .....	95
52. Os princípios fundamentais da jurisdição .....	97
53. A independência do Judiciário .....	99
54. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito .....	102
55. Inconstitucionalidade de lei .....	103
56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário .....	106

### Capítulo V — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

57. A jurisdição voluntária .....	110
58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias .....	114
59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	114
60. Órgãos judiciários .....	115

61. Regimentos dos tribunais .....	117
62. Organização judiciária .....	118
63. Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	120
64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a Lei do Processo .....	121
65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	122
66. Competência interna dos tribunais .....	123
67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	124
68. Auxiliares da justiça .....	125
69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil .....	128

## Capítulo VI — DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência .....	132
71. Definição de competência .....	136
72. A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	138
73. Distinção entre incompetência e impedimento .....	140
74. A divisão tripartida da competência .....	141
75. Competência objetiva .....	142
76. Competência territorial .....	143
77. Competência funcional .....	144
78. Competência funcional recursal .....	145
79. Competência funcional nas fases do procedimento .....	145
80. Competência internacional e interna .....	145
81. Competência exterior e interior .....	146
82. Foro competente .....	147
83. Foro geral .....	147
84. Foros especiais .....	150
85. O artigo 95 .....	150
86. O artigo 96 .....	154
87. O artigo 97 .....	156
88. O artigo 98 .....	157
89. O artigo 99 .....	157
90. O artigo 100 .....	158
91. O artigo 101 .....	165
92. Foro de eleição .....	165
93. Foro e juízo .....	169
94. Incompetência relativa .....	171
95. Incompetência absoluta .....	173

## Capítulo VII — A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96. Competência do foro central e dos foros regionais .....	178
97. Competência afeta aos foros regionais .....	183

98. Competência das varas dos Registros Públicos .....	184
99. Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado .....	185

### Capítulo VIII — A JUSTIÇA FEDERAL

100. Introdução .....	187
101. A Justiça Federal e a Constituição .....	188
102. A Justiça Federal e a sua lei .....	192
103. A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	192
104. Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal .....	193
105. As sociedades de economia mista (onde haja capital federal) não se submetem à Justiça Federal .....	194

### Capítulo IX — PREVENÇÃO — “PERPETUATIO IURISDICTIONIS” — CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106. Prevenção .....	195
107. Conexão de causas .....	198
108. Continência de causas .....	203
109. “Perpetuatio iurisdictionis” .....	204

### Capítulo X — CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110. Introdução .....	208
111. O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ....	208
112. Procedimento do conflito de competência .....	210

### Capítulo XI — TEORIA DA AÇÃO

113. Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	212
114. Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	213
115. Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	215
116. Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	217
117. Teoria civilista a respeito da ação .....	220
118. Posição de Adolf Wach .....	220
119. Posição de Chiovenda .....	222
120. Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	224

### Capítulo XII — A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121. Definição de ação .....	229
122. As condições da ação em nosso Direito positivo .....	230
123. Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos — Declaratória e violação do direito .....	236
124. Declaratória e mero fato .....	237
125. Ação declaratória e reconvenção .....	237

126. Declaratória e cumulação de ações .....	238
127. Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	238
128. Declaratória e falsidade de documento .....	239
129. A ação declaratória incidental .....	240
130. O papel do "fato" na teoria da ação .....	243
131. O conceito de mérito .....	245
132. O mérito e as condições da ação .....	246
133. Cumulação de pretensões .....	249
134. Concorrência de ações .....	254
135. Objeto litigioso ou lide .....	257
136. Elementos da ação .....	259
137. As partes e sua identificação .....	259
138. O objeto .....	260
139. Fundamento legal .....	262
140. Fundamentação jurídica e "causa petendi" .....	263
141. A "causa petendi" nas ações pessoais e nas ações reais .....	264

### Capítulo XIII — ATO PROCESSUAL

142. Atos jurídicos e atos processuais .....	266
143. Classificação dos atos processuais .....	268
144. Forma dos atos processuais .....	273
145. As nulidades dos atos processuais .....	275

### Capítulo XIV — O TEMPO NO PROCESSO

146. Prazos e preclusão .....	283
147. Os princípios informativos do processo e os prazos .....	284
148. Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão .....	285
149. Dos prazos e sua classificação .....	291
150. Da contagem dos prazos .....	293
151. Os prazos mais importantes .....	295
152. Da preclusão .....	296

### Capítulo XV — PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153. A relação jurídica processual .....	301
154. Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	303
155. Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	306
156. Pressupostos processuais negativos .....	311

### Capítulo XVI — DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157. A moderna função do Ministério Público .....	313
158. Os princípios estruturais do Ministério Público .....	314
159. Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público .....	314
160. Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	315

161. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	316
162. O Ministério Público e sua posição político-jurídica .....	317
163. Da atuação do Ministério Público .....	319

#### Capítulo XVII — DO ADVOGADO

164. Capacidade postulatória .....	329
165. A função do advogado .....	334
166. Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil .....	337
167. Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil .....	338

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	347
-----------------------------------	-----

STJ00031093 - V. 2

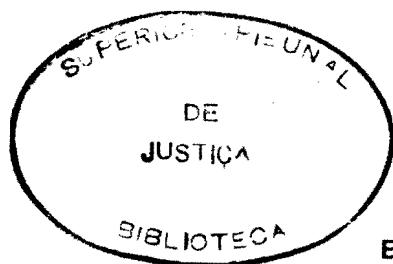
ARRUDA ALVIM  
TERESA ARRUDA ALVIM PINTO

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOLUME 2

## PROCESSO DE CONHECIMENTO

4.<sup>a</sup> edição  
*Revista, ampliada e atualizada  
de acordo com a Constituição  
Federal de 1988*



EDITORA  REVISTA DOS TRIBUNAIS



## SUMÁRIO

### Capítulo I — DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução .....	13
2. Do juiz .....	13
3. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	15
4. Análise do conceito de parte .....	16
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	17
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	18
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	19
8. Princípios regentes do tema das partes .....	21
9. Representação dos incapazes — Necessidade de integração da capacidade processual .....	22
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil ...	24
11. O incapaz sem representante legal .....	25
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	25
13. A figura do curador especial .....	26
14. A capacidade processual do marido e da mulher .....	29
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	32

### Capítulo II — REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais .....	35
17. A representação da União .....	36
18. A representação dos Estados-federados .....	37
19. A representação dos Municípios .....	37
20. A representação do Distrito Federal .....	38
21. A representação dos Territórios .....	38
22. A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado ...	38
23. A representação das paróquias da Igreja Católica .....	40

### Capítulo III — REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24. Introdução .....	41
25. A representação da massa falida .....	41

26.	A representação das heranças jacente e vacante .....	42
27.	A representação do espólio .....	42
28.	A representação dos condomínios .....	43

#### Capítulo IV — DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio .....	46
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	47
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47) .....	47
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material .....	48
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	48
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	48
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I) .....	49
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamento de fato (art. 46, II) .....	50
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de Direito (art. 46, II) .....	50
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103) .....	50
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .....	51
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) — (art. 47) .....	51
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) — (art. 47) .....	54
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio .....	56

#### Capítulo V — DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	62
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	64
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial .....	66
46.	A posição do assistente no processo .....	69
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial .....	70
48.	A atividade do assistente .....	72
49.	Limites à atividade do assistente .....	73
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	74
51.	O incidente de admissibilidade do assistente .....	75

**Capítulo VI — DA OPOSIÇÃO**

52. Colocação no instituto .....	78
53. Pressupostos de admissibilidade da oposição — Implicações da oposição admitida .....	79
54. Processos que admitem oposição .....	80
55. Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	81
56. O processamento da oposição .....	82
57. A posição dos opostos em relação ao opoente .....	83
58. A autonomia dos opostos .....	83
59. Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição	84
60. O indeferimento do pedido de oposição .....	84
61. A sentença da oposição .....	84

**Capítulo VII — DA NOMEAÇÃO À AUTORIA**

62. Noções necessárias à compreensão do instituto .....	86
63. Definição .....	86
64. Legitimação para a nomeação e procedimento .....	87
65. A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor .....	89
66. A aceitação ou a recusa do nomeado .....	89
67. A responsabilidade por perdas e danos .....	89

**Capítulo VIII — DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE**

68. Noções gerais .....	92
69. A hipótese do art. 70, I .....	95
70. A hipótese do art. 70, II .....	96
71. A hipótese do art. 70, III .....	98
72. O ingresso do denunciado .....	104
73. A posição do litisdenunciado .....	105
74. O comparecimento ou não do denunciado pelo autor .....	107
75. O comparecimento ou não do denunciado pelo réu .....	109
76. As conseqüências da denunciação .....	112
77. A denunciação da lide no procedimento sumaríssimo .....	112

**Capítulo IX — DO CHAMAMENTO AO PROCESSO**

78. Finalidade do chamamento ao processo .....	117
79. As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .....	118
80. Art. 77, II .....	119
81. Art. 77, III .....	119
82. Procedimento para o chamamento .....	120
83. Efeitos do chamamento .....	120
84. Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	121

**Capítulo X — DA PETIÇÃO INICIAL**

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial .....	125
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição .....	128
87.	Petição inicial e libelo .....	130
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	135
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito .....	136
90.	O conteúdo da petição inicial — Declaração de vontade e declaração de ciência nela contida .....	136
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial .....	136
92.	Do pedido .....	136
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	140

**Capítulo XI — DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

94.	Considerações introdutórias .....	148
95.	Da citação .....	149
96.	Conceito de citação — Peculiaridades .....	155
97.	Dos efeitos da citação .....	156
98.	A falta de citação .....	158
99.	A nulidade da citação .....	159
100.	O comparecimento do interessado .....	160
101.	Destruição dos efeitos da citação .....	161
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .....	161
103.	A citação é ato judicial .....	161
104.	Como se realiza a citação .....	162
105.	Das intimações .....	163

**Capítulo XII — DA RESPOSTA DO RÉU**

106.	Introdução .....	169
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa .....	171
108.	Função processual da contestação .....	172
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito .....	173
110.	Contestação e seu conteúdo processual .....	174
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções .....	176
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade .....	178
113.	A exceção de incompetência .....	178
114.	A exceção de suspeição .....	179
115.	A exceção de impedimento .....	179
116.	A distinção entre suspeição e impedimento .....	179
117.	O procedimento da exceção de incompetência .....	180
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento .....	181

119.	O problema da não alegação no prazo .....	183
120.	Da reconvenção .....	184
121.	A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente .....	184
122.	A autonomia da reconvenção .....	186
123.	A reconvenção e o procedimento sumaríssimo .....	187
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu .....	188

### Capítulo XIII — DA REVELIA

125.	Introdução .....	194
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais .....	194
127.	Revelia e litisconsórcio .....	198
128.	Revelia e assistência .....	198
129.	Revelia e reconvenção .....	198
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide .....	199
131.	A revelia e os procedimentos especiais .....	199
132.	A revelia nos processos cautelar e de execução .....	201
133.	Revelia e incompetência .....	202
134.	Revelia e a citação ficta .....	202

### Capítulo XIV — DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução .....	204
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	204
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC — Distinção .....	205
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	205
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito .....	206
140.	Alteração do pedido e concordância do réu — Momento preclusivo .....	206
141.	Emenda do libelo .....	206

### Capítulo XV — DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais .....	209
143.	A suspensão necessária do processo .....	209
144.	A suspensão facultativa do processo .....	211
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes .....	212

### Capítulo XVI — DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

146.	Providências preliminares .....	213
147.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	215

148.	Da extinção do processo sem julgamento de mérito .....	216
149.	O inciso I do art. 267 .....	217
150.	O inciso II do art. 267 .....	217
151.	O inciso III do art. 267 .....	217
152.	O inciso IV do art. 267 .....	218
153.	O inciso V do art. 267 .....	219
154.	O inciso VI do art. 267 .....	220
155.	O inciso VII do art. 267 .....	220
156.	O inciso VIII do art. 267 .....	221
157.	O inciso IX do art. 267 .....	222
158.	O inciso X do art. 267 .....	222
159.	O inciso XI do art. 267 .....	223
160.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito .....	223
161.	O conteúdo do saneamento .....	223
162.	O saneamento do processo .....	224
163.	Julgamento antecipado da lide .....	226
164.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo .....	226

### Capítulo XVII — CONCEITO JURIDICO DA PROVA

165.	Generalidades .....	231
166.	A prova e o problema da verdade .....	232
167.	A prova legal e a limitação do juiz .....	233
168.	Noção do conceito de prova .....	234
169.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado de processo .....	235
170.	Do julgamento antecipado da lide .....	235
171.	Rápida referência do Direito Civil .....	236
172.	O art. 141 do CC em confronto com o art. 401 do CPC ....	237
173.	A validade de documento entre as partes e terceiros — O documento, sua data e dúvida a respeito .....	237
174.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca .....	239
175.	A atividade probatória e a sentença .....	239

### Capítulo XVIII — A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176.	A prova e o princípio dispositivo .....	243
177.	A prova e o princípio da oralidade .....	244
178.	O subprincípio da identidade física do juiz .....	244
179.	O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	246

180.	O subprincípio da imediatidade .....	246
181.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado ("rectius", por apelação) das interlocutórias .....	247
182.	O debate oral .....	247

### Capítulo XIX — CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183.	Classificação das provas .....	250
184.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	250
185.	Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	251
186.	Classificação das provas tendo em vista a forma .....	253

### Capítulo XX — ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução .....	255
188.	Distinção entre ônus e obrigação .....	255
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	256
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	256
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	258
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova .....	258
193.	Momento do funcionalismo do ônus .....	259
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	259
195.	O ônus da prova e a revelia .....	260
196.	A confissão e o ônus da prova .....	260
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	260
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova .....	261

### Capítulo XX — MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução .....	264
200.	Especificamente os momentos da prova .....	264
201.	Procedimentos probatórios especiais .....	266
202.	Os momentos da prova no procedimento sumaríssimo .....	266

### Capítulo XXII — DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Generalidades .....	268
204.	Definição de documento .....	268
205.	Os autores intelectual e material do documento .....	269
206.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	269
207.	A forma como sendo da substância do documento .....	270

208.	O documento, em regra, é prova pré-constituída .....	272
209.	Classificação dos documentos — Aspectos gerais .....	273
210.	Os documentos e a autenticidade .....	274
211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	275
212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	275
213.	Instrumentos e documentos particulares — Distinção específica .....	276
214.	Documento e sua data .....	276
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento — Distinção .....	276
216.	O valor probante dos documentos .....	277
217.	Da exibição de documento ou coisa — Generalidades .....	279
218.	Espécies de ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	280
219.	Das partes e de sua legitimidade .....	281
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa .....	281
221.	A recusa fundada de exibição .....	281
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	282
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	282
224.	Dos recursos .....	282
225.	A produção da prova documental e o procedimento .....	283

### Capítulo XXIII — DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal .....	286
227.	Testemunha e parte — Distinção .....	287
228.	Testemunha e perito — Distinção .....	287
229.	Do valor da prova testemunhal .....	287
230.	A técnica de inquirição .....	288
231.	O sujeito da prova testemunhal .....	289
232.	Conceito de testemunha .....	289
233.	Da obrigação de testemunhar .....	290
234.	Quem pode ser testemunha .....	291
235.	Obrigações e direitos da testemunha .....	294
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal .....	295
237.	Procedimento da prova testemunhal .....	296
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	300
239.	A substituição de testemunhas .....	300

### Capítulo XXIV — DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Idéias gerais .....	302
	§ 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito) — Diversidade de regimes jurídicos .....	305



241.	Definição .....	307
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	308
243.	Procedimento do depoimento pessoal .....	309
	§ 1.º Restrições a certos fatos (art. 347) .....	310
244.	Depoimento pessoal e confissão .....	311

### Capítulo XXV — DA CONFISSÃO

245.	Esforço teórico sobre a confissão .....	313
246.	Conceito de confissão .....	314
247.	Elementos da confissão .....	315
248.	Espécies de confissão .....	318
249.	Efeitos da confissão .....	318
250.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	318
251.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo .....	319
252.	Revogação da confissão .....	320

### Capítulo XXVI — DA PROVA PERICIAL

253.	Conceito de perícia .....	322
254.	Do cabimento da prova pericial .....	322
255.	Momento do pedido da prova pericial .....	324
256.	O juiz e o resultado da perícia .....	325
257.	Perícia — Requisitos e realização .....	326
258.	A perícia e o perito .....	329
259.	O perito e a sua responsabilidade .....	330

### Capítulo XXVII — DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260.	Idéias gerais .....	332
261.	A participação de peritos na inspeção .....	333
262.	A presença das partes na inspeção .....	333
263.	A documentação da inspeção .....	334

### Capítulo XXVIII — INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264.	Diferença entre prova direta e indireta .....	336
265.	Distinção entre presunção "hominis" e presunção legal .....	337
266.	Presunção .....	338
267.	Espécies de presunção .....	338
268.	As presunções legais — Aspecto histórico .....	340
269.	As presunções do homem .....	340
270.	Valoração das presunções do homem .....	341
271.	A presunção do homem e a prova contrária .....	342

272.	A prova "prima facie" .....	342
273.	A prova "prima facie" e o problema do ônus da prova ....	343

### Capítulo XXIX — DA AUDIÊNCIA

274.	Introdução .....	345
275.	Da conciliação .....	345
276.	Problemas teóricos em torno da audiência .....	347
277.	Atos que antecedem a audiência .....	348
278.	O adiamento da audiência .....	349
279.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa .....	349
280.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público .....	350
281.	Audiência e a identidade física do juiz .....	350
282.	A audiência no procedimento sumaríssimo .....	352

### Capítulo XXX — DA SENTENÇA

283.	Generalidades sobre sentença .....	356
284.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida ...	358
285.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	360
286.	Natureza jurídica da sentença .....	362
287.	Efeitos da sentença .....	363
288.	Sentenças processuais e de mérito .....	364
289.	Sentenças classificadas por sua eficácia .....	365
290.	Sentença declaratória .....	366
291.	Sentença constitutiva .....	367
292.	Sentença condenatória .....	369
293.	Sentenças mandamentais .....	369
294.	Sentenças dispositivas .....	370
295.	Sentenças complexas .....	371
296.	A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	372
297.	Relatório .....	373
298.	A sentença e a respectiva fundamentação .....	374
299.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença .....	375
300.	A sentença "infra" ou "citra petita" .....	376
301.	A sentença "extra petita" .....	377
302.	A sentença "ultra petita" .....	379
303.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico ....	380
304.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal .....	381